

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-05-17

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Machado, F. L. (2015). Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas. Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais . 9, 297-318

Further information on publisher's website:

<https://journals.openedition.org/mulemba/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Machado, F. L. (2015). Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas. Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais . 9, 297-318. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Desigualdades sociais no mundo actual: teoria e ilustrações empíricas

Fernando Luís Machado

Sociólogo

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

O que são desigualdades sociais?

Acontece frequentemente na linguagem das ciências sociais que um determinado conceito, elaborado de maneira rigorosa no plano do pensamento científico, encontre correspondência, pela mesma palavra ou palavras, numa noção de senso comum de uso corrente. É o caso do conceito de desigualdades sociais. No discurso mediático, no discurso político, nas conversas quotidianas das pessoas em geral é frequente falar-se de desigualdades sociais. E não só se fala de desigualdades sociais, como se tece sobre as mesmas juízos de valor, na maioria das vezes juízos críticos, no sentido em que se considera que elas são negativas para a sociedade, que devem ser combatidas e reduzidas ou eliminadas.

É justamente porque essa noção comum de desigualdades sociais tem uma circulação social alargada, e porque a ela se associa uma forte carga valorativa, que os cientistas sociais que se dedicam ao seu estudo, entre os quais se destacam os sociólogos, devem aplicar o maior rigor na sua definição teórica e na sua investigação empírica. Não que os sociólogos não tenham opiniões de valor sobre aquilo que estudam. No caso em análise, os sociólogos sabem que as desigualdades sociais significam injustiça social, falta de oportunidades, danos para a coesão social e para a qualidade de vida humana, que merecem condenação.

Mas o plano valorativo e o plano científico não devem ser confundidos. Para isso, e para que o rigor substitua a imprecisão habitual das noções de senso comum, os sociólogos devem usar todos os instrumentos teóricos, metodológicos e técnicos que a sua disciplina lhes coloca à disposição para definirem, identificarem e analisarem empiricamente as várias modalidades das desigualdades sociais e as respetivas causas e consequências.

Uma boa maneira de definir sociologicamente desigualdades sociais é começar por dizer o que as elas não são.

As desigualdades sociais não são meras diferenças sociais entre grupos ou populações com estilos de vida distintos ou culturas específicas. Os comportamentos diferenciados dos vários grupos sociais e, mais genericamente, as diferenças culturais de todos os tipos, não são, em si, desigualdades sociais, na medida em que essas diferenças não se expressam em termos de mais e menos recursos, bens ou oportunidades, em termos de vantagens e desvantagens, ou sob a forma de hierarquias sociais. Outra coisa é os valores culturais poderem constituir-se como causas de desigualdade social, o que acontece, de facto, e disso falaremos adiante.

As desigualdades sociais também não são diferenças de talentos, capacidades e desempenhos individuais. Se os talentos, capacidades e desempenhos individuais são socialmente retribuídos de maneira diferente em função da sua raridade ou mérito, teremos na sociedade pessoas com diferentes montantes de recursos (classificações escolares, rendimento, prestígio), mas não teremos desigualdades sociais, uma vez que essa diferença de recursos não resultou de qualquer mecanismo social inigualitário independente das acções individuais.

Como definir então desigualdades sociais?

As desigualdades sociais são diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, que se estabelecem entre pessoas, grupos sociais ou mesmo populações inteiras. Este é um primeiro elemento de definição a que deve ser adicionado um segundo, igualmente fundamental. Essas diferenças de acesso a bens, recursos e oportunidades existem independentemente dos talentos, capacidades e desempenhos individuais. Ou seja, há pessoas e grupos com talentos, capacidades e desempenhos destacados que terão fraco acesso a esses bens, recursos e oportunidades, e outras pessoas e grupos que têm amplo acesso a eles sem disporem de talentos ou capacidades que se salientem ou sem terem desempenhos especialmente meritórios.

As diferenças de recursos resultantes dos talentos e desempenhos individuais e as que resultam das desigualdades sociais e dos seus mecanismos geradores coexistem socialmente, e essa coexistência torna o estudo deste tema particularmente complexo.

Um exemplo que ilustra muito bem essa complexidade é o das classificações obtidas no meio escolar. Vejamos o caso das notas atribuídas aos milhões de jovens que todos os anos, pelo mundo fora, procuram entrar no ensino superior, visando uma determinada instituição e área científica, e que para isso realizam provas de acesso. Numa escala de 0 a 20 valores, a distribuição final de notas tem a forma de uma hierarquia que incluirá as classificações-limite de 20 e 0, bem como todas as classificações intermédias. Como se gera essa hierarquia de classificações, hierarquia de amplas consequências pelas oportunidades que abre ou fecha para o futuro próximo e a prazo desses estudantes?

Num primeiro olhar, é correcto dizer que a distribuição de notas é consequência dos talentos, capacidades e desempenhos dos estudantes. Os estudantes com talentos específicos para determinadas áreas, os que se aplicaram mais ao longo dos seus percursos escolares, os que estudaram mais para as provas de acesso terão, regra geral, melhores classificações do que aqueles que estudaram menos, que não foram estudantes aplicados ao longo dos anos e que não dispõem dos mesmos talentos ou dos talentos específicos para as áreas académicas a que concorreram. Muitas das classificações altas que aparecerão nas pautas serão dos primeiros e muitas das classificações negativas ou tangencialmente positivas serão dos segundos.

Tudo isto está certo, mas a sociologia tem uma palavra adicional a dizer aqui. Sucessivos estudos, em inúmeros países, têm mostrado inequivocamente que as

hierarquias de classificações escolares estão associadas, por vezes de maneira muito forte, aos perfis sociais dos estudantes, em termos de classe, grupo étnico-racial ou género.

Sabe-se que os estudantes de famílias com mais capitais económicos e culturais, na acepção de Pierre Bourdieu, estão mais bem equipados para enfrentarem a instituição escolar e os seus procedimentos de avaliação e certificação. O capital cultural, em particular, seja o nível de escolaridade dos pais desses estudantes, sejam os bens culturais que eles têm em casa ou aqueles a que acedem fora de casa através das respectivas famílias, converte-se em capital escolar, o que significa que facilita trajectos escolares longos e bem-sucedidos.

Também se sabe que os jovens oriundos de minorias étnico-raciais desfavorecidas têm menos probabilidade de conseguir desempenhos escolares de alto nível, dadas as carências económicas e culturais que os limitam, carências que só doses altas de talento e esforço individual podem permitir superar. E, finalmente, sabe-se que ser rapaz ou rapariga pode ter um efeito decisivo nas carreiras escolares. Se nos países mais ricos e desenvolvidos observamos já há algum tempo um padrão de vantagem feminina no que respeita aos desempenhos académicos, em muitas outras partes do mundo as raparigas, por efeito de determinantes socioculturais ou outras razões, ficam sistematicamente para trás na escola quando não são pura e simplesmente impedidas de a frequentar.

A própria probabilidade de chegar ao momento do percurso escolar em que se presta provas de acesso ao ensino superior depende de condicionamentos sociais impostos pela origem de classe, pela pertença étnico-racial ou pelo género. Para além do caso limite das raparigas impedidas de estudar pelos ditames normativos dos grupos culturais a que pertencem ou dos países onde vivem, a sociologia também já demonstrou que os estudantes de meios sociais ou étnico-raciais desfavorecidos abandonam mais precocemente o sistema de ensino do que os estudantes de origens privilegiadas.

Se descartarmos, por ser intelectualmente indigente, a hipótese de a inteligência e o esforço estarem desigualmente distribuídos por classe social, grupo étnico-racial ou género, então temos de concluir que, sendo certo que os talentos e os desempenhos individuais contam, eles não contam sozinhos. As pertenças de classe, étnico-raciais ou de género também intervêm na construção social dos resultados escolares, podendo mesmo assumir um papel decisivo. Por outras palavras, os talentos e os esforços individuais contam, mas o efeito específico desses talentos e esforços faz-se sentir num contexto de desigualdades sociais estruturadas que também têm consequências.

Chegados aqui, vale a pena recolocar a questão que muitos sociólogos já colocaram anteriormente a propósito deste tema. Quantos talentos se desperdiçam em todo o mundo pelo facto de as crianças que os possuem não terem oportunidade de estudar senão quatro ou seis anos ou de irem sequer à escola? Quantos talentos ficam por revelar apenas porque essas crianças não dispõem das condições mínimas de

alimentação, saúde ou habitação essenciais a uma vida digna que lhes permita desenvolverem o seu potencial humano?

Tipos de desigualdades sociais

Falar de desigualdades sociais requer a utilização do plural, uma vez que elas assumem múltiplas formas e têm mecanismos geradores diferenciados. Para exprimir esta pluralidade os sociólogos falam de multidimensionalidade das desigualdades sociais. Já vimos que as desigualdades sociais podem ser de classe, étnico-raciais ou de género. Estas três estão entre as principais dimensões das desigualdades sociais. Numa abordagem mais sistemática e completa podemos seguir a classificação estabelecida pelo sociólogo sueco Göran Therborn e falar de três grandes tipos de desigualdades sociais: desigualdades vitais, desigualdades existenciais e desigualdades de recursos.

As desigualdades vitais são desigualdades perante a vida e a morte, decorrentes de diferentes graus de exposição a riscos fatais. São desigualdades que remetem, portanto, genericamente, para o estado de saúde das populações e grupos sociais, tal como pode ser medido por indicadores como a esperança de vida, a mortalidade infantil ou a incidência de doenças. É certo que a condição de saúde das pessoas depende da sua constituição biológica e da maior ou menor robustez dessa constituição. Mas não depende só disso. Há factores sociais que se fazem sentir de maneira substancial neste domínio.

Quando olhamos para diferentes grupos sociais ou populações inteiras, é fácil perceber como as condições sociais de existência influenciam directamente a exposição aos riscos fatais de que fala o sociólogo sueco. A taxa de mortalidade infantil é o mais óbvio e dramático exemplo disso quando comparamos os países mais desenvolvidos com os menos desenvolvidos. Mas podemos tirar conclusões igualmente esclarecedoras se compararmos as condições de saúde de diferentes classes sociais ou de diferentes grupos étnico-raciais num mesmo país. Basta pensar na relação directa que existe entre níveis de rendimento e grau de acesso a cuidados de saúde, especialmente quando esses cuidados são caros e não existe um sistema de saúde público adequado acessível a todos.

As desigualdades existenciais remetem para uma esfera da vida humana completamente diferente, mas tão fundamental quanto a anterior. Trata-se, neste caso, como nos diz Therborn, do reconhecimento de cada ser humano enquanto pessoa, da possibilidade de cada um prosseguir livremente projectos de vida, do acesso a direitos, do direito ao respeito dos outros. O contrário do reconhecimento é o estigma e, diz-nos o autor, a escravatura, o patriarcado ou o racismo ilustram historicamente este tipo de desigualdades.

Não faltam exemplos, no mundo actual, de desigualdades existenciais. Um dos domínios em que elas se manifestam com frequência é o da diferenciação étnico-racial. Em muitos países, seja por via dos fluxos migratórios internacionais, seja pela composição interna da sua própria população, deparamo-nos com grupos étnico-

raciais diversos e situações em que os membros de alguns desses grupos são alvos quotidianos de racismo e discriminação étnica, seja por parte dos grupos socialmente dominantes, seja por parte das instituições.

O terceiro tipo de desigualdades, as desigualdades de recursos, é aquele de que mais habitualmente se fala, tanto nos discursos comuns, como na literatura especializada das ciências sociais. E é, de facto, um tipo de desigualdades muito importante, que, além do mais, influencia directamente a formação das desigualdades vitais e das desigualdades existenciais.

Os recursos em causa são o rendimento, a escolaridade, as qualificações profissionais, a autoridade nas organizações, o capital social, o poder. Esta enumeração longa mostra que há uma pluralidade de recursos a ter em conta e essa é uma característica importante deste tipo de desigualdades. De facto, em sociedades complexas, com um elevado nível de diferenciação institucional, vários são os recursos que intervêm nos processos de estruturação social e que, por essa via, podem contribuir para a formação de hierarquias sociais.

Se em algumas concepções rudimentares de desigualdade social se considera que o rendimento é o primeiro e até o único recurso que conta, também é fácil perceber o papel que têm a escolaridade, as competências e as qualificações profissionais nas actuais sociedades de conhecimento e informação; a relevância das posições de poder decorrentes da pertença a partidos políticos ou a outras instituições de elevada preponderância social; ou ainda a influência da rede de conhecimentos interpessoais que cada um consiga mobilizar a seu benefício ou a benefício de terceiros, o chamado capital social.

Desigualdades sociais e categorias sociais

Sendo as desigualdades sociais diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, geradas independentemente dos talentos, capacidades e desempenhos individuais, elas tendem a cristalizar-se e a formar categorias sociais duradouras, que podem ser categorias de classe, de género, étnico-raciais, de status, de idade ou outras.

Falar de cristalização das desigualdades, sejam elas vitais, existenciais ou de recursos, significa dizer que as linhas que separam as posições de vantagem e de desvantagem social se mantêm no tempo e que as pessoas, as famílias, os grupos e as populações inteiras que estão nessas posições tendem também a ser as mesmas. É assim que se formam as categorias sociais mencionadas, categorias que ganham uma existência própria e se tornam socialmente visíveis e designáveis.

Essas categorias podem assumir a forma de comunidades fortemente sedimentadas, com um sentimento de pertença largamente partilhado entre os seus membros e uma imagem externa única junto do resto da sociedade. A formação de comunidades deste

tipo ocorre com minorias étnico-raciais em muitos países, mas também pode acontecer com classes sociais e outras categorias de pessoas.

A pertença a categorias sociais assim constituídas condiciona o destino individual dos seus membros. Quanto mais cristalizadas estiverem as desigualdades, mais essas categorias tendem a perpetuar-se e mais o futuro pessoal dos que delas fazem parte está socialmente condicionado, no sentido da conservação de vantagens ou da conservação de desvantagens.

A formação de categorias sociais duradouras introduz rigidez na sociedade, uma vez que se torna difícil, ou até improvável nas piores situações, que as pessoas mudem de uma categoria para outra (no caso das classes ou dos grupos de status) ou que categorias globalmente desprivilegiadas melhorem a sua condição social (no caso das categorias étnico-raciais ou de género).

No que respeita, em particular, às classes sociais, podemos, no plano teórico, imaginar um contínuo de situações em que num extremo há mobilidade social total, ascendente e descendente, e a generalidade das pessoas muda de classe no curso da sua vida, e no outro extremo a completa imobilidade social, como nos antigos sistema de castas em que uma dada condição de nascença permanecia inalterada para o resto da vida. O que se verifica empiricamente nas sociedades concretas são graus variáveis de circulação entre classes. Quanto mais aberto for o acesso a diferentes tipos de recursos mais mobilidade social existirá e quanto mais mobilidade social existir menos as classes se tornam categorias sociais fechadas e perenes.

O acesso a recursos é, com efeito, o factor que mais influencia a imobilidade ou a mobilidade entre classes sociais e é também o que mais favorece a possibilidade de categorias de género ou étnico-raciais desfavorecidas, entre outras, melhorarem a sua posição na sociedade.

A relação entre desigualdades sociais e categorias sociais pode ser pensada de maneira mais sistemática se cruzarmos os dois conceitos, tal como ilustrado na figura abaixo. A matriz “tipos de desigualdades sociais X categorias sociais” permite compreender de modo amplo e integrado o que está em causa neste domínio de pesquisa.

A relação entre tipos de desigualdades sociais e categoriais sociais é uma relação biunívoca, funciona nos dois sentidos. Por um lado, como vimos, os vários tipos de desigualdades sociais podem conduzir, pela sua persistência, à formação de categorias sociais cristalizadas e duradouras. Por outro lado, sendo essas categorias inicialmente formadas com base na distribuição desigual de um determinado recurso ou de determinadas desigualdades vitais ou existenciais, a sua persistência contribuirá não só para manter a distribuição desigual desse recurso ou dessas desigualdades vitais e existenciais, mas também para criar ou acentuar desigualdades que não estavam inicialmente presentes na formação dessas categorias específicas.

Um ou dois exemplos empíricos ajudarão a explicar esta dinâmica complexa entre tipos de desigualdades e categorias sociais.

Pensemos no caso de uma hierarquia social que de início se baseia no rendimento. Num caso assim assistiremos à formação de uma ou mais categorias de novos-ricos e, em contrapartida, haverá outras tantas categorias com rendimentos baixos e médios. Com o tempo, esta hierarquia tende a alterar o seu aspeto originário porque os novos-ricos, além do rendimento, irão acumular também poder, capital social e reconhecimento, irão proporcionar aos seus descendentes formações académicas elevadas e acesso a capital cultural, os seus nomes de família tornar-se-ão símbolos de prestígio, em suma, ficarão na posse de novos recursos que não estiveram na génese das categorias iniciais.

Matriz “tipos de desigualdades sociais X categorias sociais”

| | | Categorias sociais | | | | |
|--------------------------------|----------------|----------------------|----------------------|--------------------|---------------------------|-----|
| | | Categorias de classe | Categorias de género | Categorias etárias | Categorias étnico-raciais | ... |
| Tipos de desigualdades sociais | Rendimento | Exemplo 1 | | | | |
| | Escolaridade | | | | | |
| | Poder | | Exemplo 2 | | | |
| | Prestígio | | | Exemplo 3 | | |
| | Capital social | | | | | |
| | Reconhecimento | | | | Exemplo 4 | |
| | Saúde | | | | | |
| | ... | | | | | |

Outra ilustração empírica eloquente é a das desigualdades de género. As categorias de género formam-se historicamente a partir do que Therborn chama desigualdades existenciais. É pela via dos direitos, do reconhecimento, da possibilidade de autonomia pessoal, que as mulheres têm sido historicamente discriminadas relativamente aos homens e colocadas numa posição de inferioridade. Mas essas desigualdades existenciais rapidamente se alargam a outras, como sejam as desigualdades de acesso à educação, ao emprego, ao poder, o que continua a verificar-se massivamente em muitas partes do mundo.

Além de mostrar a relação dialética entre tipos de desigualdades sociais e categorias sociais, a matriz referida dá-nos uma cartografia geral das inúmeras faces que as desigualdades sociais assumem no mundo actual. Cada célula da matriz representa um aspecto das desigualdades sociais, o mesmo é dizer que as desigualdades sociais podem ter dezenas de facetas diferentes.

Se olharmos pelo lado das linhas da matriz, diremos que os vários tipos de desigualdades podem estar associados a qualquer das categorias sociais representadas nas colunas. As desigualdades de rendimento ou de escolaridade, por exemplo, podem não existir só entre classes, mas também entre homens e mulheres, entre mais velhos

e mais novos, entre brancos e negros. Se olharmos pelo lado das colunas, diremos que a cada uma das categorias sociais indicadas podem estar associados os vários tipos de desigualdades. As categorias de classe ou de género, por exemplo, não têm só a ver com rendimento ou reconhecimento, respectivamente, mas também com escolaridade, prestígio ou poder.

Para mostrar como esta matriz permite fazer uma cartografia geral das desigualdades sociais selecionei quatro entre as dezenas de exemplos possíveis.

O exemplo 1 é o da célula que resulta do cruzamento entre desigualdades de rendimento e categorias de classe. Sabemos que os rendimentos, resultantes de salários, rendas, acções em empresas ou prestações sociais, entre outras fontes, constituem um indicador-chave das desigualdades de classe. A desigualdade de rendimentos tem, por outro lado, uma grande visibilidade social porque se faz sentir, a múltiplos níveis, nas condições e estilos de vida das diferentes classes.

Uma medida de desigualdade social habitualmente usada neste domínio é a comparação dos rendimentos dos 10% ou dos 20% mais ricos com os rendimentos dos 10% ou dos 20% mais pobres. Quanto mais desiguais são as sociedades no que diz respeito à riqueza, mais essa diferença é grande e quanto maior essa diferença mais as desigualdades sociais, de rendimento e não só, são acentuadas. Se a definição sociológica de classe social não se cinge ao rendimento, ele constitui, sem dúvida, um elemento nuclear dessa definição.

O exemplo 2 assinala as desigualdades de poder entre homens e mulheres. Já disse atrás que as desigualdades de género constituem um exemplo do que Göran Therborn chama desigualdades existenciais, ou seja, resultam de direitos e reconhecimento desiguais. Dessa desigualdade fundadora, digamos assim, decorrem outras, bem visíveis no mundo actual, como é o caso das diferenças de poder entre homens e mulheres.

Penso, em particular, no poder que vem da ocupação de posições dominantes nas hierarquias institucionais de todos os tipos, nos governos, nos parlamentos, nas empresas, nas universidades. Mesmo onde, no plano das leis e das práticas sociais, se conseguiu ir mais longe na igualdade de género, como é o caso dos países europeus, verificamos que os presidentes dos conselhos de administração das empresas, os reitores ou professores catedráticos, os deputados ou os ministros continuam a ser homens, em larga maioria. Se até determinado momento histórico se podia alegar que a sub-representação feminina nos lugares de poder se devia à fraca participação das mulheres no mercado de trabalho e ao facto de terem menos preparação escolar do que os homens, hoje esses argumentos já não valem. As mulheres europeias participam largamente no mercado de trabalho e são, especialmente nas gerações jovens e de adultos jovens, tão ou mais qualificadas do que os homens. Mesmo assim, chegam muito menos do que os homens às posições mais poderosas.

O exemplo 3 alude a um aspecto das desigualdades sociais menos visível e também menos falado. Escolhi-o por isso mesmo, para mostrar uma faceta menos conhecida do

mapa geral das desigualdades sociais. A idade, tal como o género ou a origem étnica, pode constituir um factor de discriminação social. Chama-se a esse tipo de discriminação idadeísmo, a partir do neologismo em língua inglesa “ageism”. Um exemplo de discriminação baseada na idade é o que acontece no mercado de trabalho quando pessoas acima dos 40 ou 50 anos perdem o seu emprego e tentam encontrar um emprego novo. Muitas delas não o conseguem, não porque não haja empregos disponíveis, mas por causa da idade e tornam-se desempregados de longa duração, demasiado novos para se reformarem e “demasiado velhos” para trabalharem. Os próprios anúncios públicos de emprego fazem eco desta prática de discriminação quando fixam limites máximos de idade para os candidatos que pretendem seleccionar.

Além do que se passa no plano do emprego, também há valorações sociais diferentes dos grupos etários em termos de prestígio. Se em algumas sociedades e culturas se preza especialmente os mais velhos porque se lhes reconhece experiência e sabedoria, e talvez isto aconteça mais nas sociedades muito jovens onde os velhos são mais raros, noutras valoriza-se mais a energia e o arrojo da juventude, e os velhos podem ser vítimas de desvalorização social, o que parece acontecer mais nas sociedades envelhecidas.

O exemplo 4, finalmente, remete-nos para um domínio das desigualdades que é, infelizmente, corrente e bem conhecido. Voltamos ao terreno das desigualdades existenciais e, desta vez, ao reconhecimento e respeito pelas pessoas em função do grupo étnico-racial a que pertencem. O racismo e a discriminação étnica significam o não reconhecimento e o desrespeito pelas pessoas em função desse atributo da sua identidade. Os dois fenómenos existem em muitos países, embora com graus de intensidade e generalidade muito variáveis. Em alguns casos são fenómenos marginais e minoritários, mas noutros são endémicos e generalizados.

O racismo e o preconceito étnico constituem-se a diferentes níveis. O preconceito é um desses níveis e pode ou não ser transposto para os comportamentos concretos. Já a discriminação é uma prática concreta que se manifesta em circunstâncias variadas da vida quotidiana, no emprego, na escola, no acesso à habitação, nas ruas. Um terceiro nível é o das ideologias da superioridade étnica ou racial, sistemas de ideias que procuram legitimar o preconceito e a discriminação.

Um plano onde muito se joga, a este respeito, é o do Estado e da lei. Nos países mais desenvolvidos existem instituições e legislação que se encarregam de prevenir, combater e punir estas formas de discriminação. Não significa que consigam erradicá-las, mas é, em todo o caso, um quadro muito mais positivo do que o dos países em que não existe qualquer esforço legal ou institucional para as contrariar ou, pior ainda, aqueles em que é o próprio Estado que institui o racismo como prática oficial, de que há tristes exemplos na história do século XX.

Causas das desigualdades sociais e da igualdade de oportunidades

As causas das desigualdades sociais e da igualdade de oportunidades são obviamente diferentes. Mas as instituições no contexto das quais essas causas se formam e exercem os seus efeitos são as mesmas. O que faz com que se gerem causas de desigualdade social ou causas de igualdade de oportunidades não são as instituições enquanto tal, mas os modos do seu funcionamento.

E de que instituições se trata? Essencialmente de quatro. Refiro-me aos sistemas de ensino, à economia e ao mercado de trabalho, ao Estado e às políticas públicas e aos valores culturais. Há uma quinta instituição que foge a esta regra, no sentido em que funciona mais a favor das desigualdades sociais do que da igualdade de oportunidades. Essa instituição é a família e dela falarei no final deste último ponto.

No mundo actual os sistemas de ensino constituem o veículo por excelência de mobilidade social e, por essa via, de igualdade de oportunidades. Nos países mais desenvolvidos o acesso à escola massificou-se, mesmo nos seus níveis superiores, e estamos longe do tempo em que a instituição escolar era só para alguns e se destinava a formar e reproduzir elites letradas.

Não é por acaso que a crítica elitista da massificação do ensino se faz ouvir com alguma frequência, como se fosse negativo que todas as crianças e jovens, independentemente da sua condição social, pudessem ter acesso à escola, uma instituição decisiva para a promoção do desenvolvimento pessoal e social. No coração dessa crítica não deixará de haver um certo temor da exposição à competição pura de talentos em que todos participam e ganha o melhor, sem que as vantagens ou desvantagens sociais de cada um pesem. Quando essa crítica associa massificação a perda de qualidade e a condena com base nesse argumento, ela está na verdade a confundir duas coisas diferentes. O problema não é a massificação em si, mas a qualidade com que ela se dá, o que é outro assunto, que não cabe aqui tratar.

Uma evidência sólida de que a escola promove igualdade de oportunidades e mobilidade social é a dos muitos jovens que completam um grau universitário tendo pais e mães que não andaram na escola mais do que 4 ou 6 anos ou são até iletrados. O ensino acessível a todos permite que este elevador social funcione e ele tem funcionado.

Mas foi justamente num contexto de sistemas de ensino em processo de rápida massificação, na Europa e nos EUA, que os sociólogos, a partir dos anos 60 do século XX, com base em estudos empíricos concludentes, começaram a revelar o outro lado da escola, a escola que reproduz as desigualdades, a escola dos herdeiros, para aludir ao título de uma obra francesa de referência que foi das primeiras a demonstrá-lo.

Nessa obra, que toma como objecto os estudantes universitários em França e em que se vê que os alunos que mais facilmente chegam à universidade são os das classes favorecidas e letradas, Bourdieu e Passeron provam que a escola pode transformar desigualdades sociais, que lhe são externas e estranhas, em desigualdades escolares.

E como é que isso acontece?

O que se passa é que a escola se coloca em linha de continuidade com os estudantes das famílias com maior capital cultural, que estão a par dos códigos e linguagens escolares porque os herdaram das suas famílias, e em linha de ruptura com os estudantes de meios populares, destituídos de capital cultural, para quem esses códigos e linguagens não estão previamente adquiridos nem fluem com naturalidade.

O conhecimento sociológico sobre esta dupla face da escola está hoje incorporado no desenho das políticas educativas, nos modos de organização e funcionamento das instituições escolares e nos conhecimentos profissionais dos professores, sobretudo nos países onde as políticas públicas a este respeito são mais consistentes. Essa incorporação ajuda a que as práticas educativas, desde o nível macro da concepção, implementação e financiamento dos sistemas de ensino até ao nível micro do funcionamento da sala de aula, contribuam mais para promover a igualdade de oportunidades do que para reproduzir as desigualdades sociais pré-existentes.

A economia e o mercado de trabalho formam a segunda instituição, das quatro atrás mencionadas, que tanto pode ser causa de desigualdades sociais como de igualdade de oportunidades.

Quando há crescimento económico, e por isso ele é tão desejado, todos ganham. Se o bolo da produção económica de um país vai crescendo, mesmo que não se alterem as proporções da sua divisão pelos vários setores sociais, todos receberão uma fatia maior. Entre as consequências positivas do crescimento económico estão a redução do desemprego, o aumento do número de novos empregos criados, a possibilidade de crescimento dos salários e, por esse intermédio, a existência de mais rendimento disponível para as classes assalariadas em geral. Todas estas consequências do crescimento económico contribuem para aumentar as oportunidades dos que têm menos recursos, ajudando assim a reduzir as desigualdades sociais.

Pelo contrário, as consequências de uma economia que estagna ou decresce são o aumento de desemprego, as reduções salariais e a degradação da qualidade do emprego, realidades que penalizam aqueles que dependem dos seus salários para viver, e eles constituem a enorme maioria da população activa nas economias de mercado consolidadas.

O desemprego, muito em particular, é um factor directo de desigualdade social. Os que são atingidos por ele vêem os seus rendimentos abruptamente reduzidos e as suas condições de vida largamente afectadas. Os filhos dos desempregados, por sua vez, podem ter de desistir do prosseguimento dos estudos por falta de meios económicos. Quando o desemprego se prolonga por muito tempo, como acontece em fases de crise económica grave, ele torna-se também um terreno favorável ao aumento das desigualdades vitais e existenciais, para além das desigualdades de recursos.

Pensando já não na dinâmica geral da economia, mas no mercado de trabalho e no seu funcionamento, mesmo em períodos de crescimento económico, também não é difícil

identificar quando é que esse funcionamento se constitui como causa de igualdade de oportunidades ou causa de desigualdade social.

O mercado de trabalho, tal como a instituição escolar, pode funcionar como um elevador social, um veículo de mobilidade ascendente. Sempre que isso acontece, e nas sociedades menos inigualitárias acontece com frequência, o mercado de trabalho favorece a igualdade de oportunidades, na medida em que permite a um grande número de pessoas melhorarem a sua posição profissional com o tempo.

Há um conjunto de condições que propicia esse funcionamento virtuoso do mercado de trabalho.

A primeira é a possibilidade de carreiras profissionais com progressão de lugares e de salário, dentro da mesma empresa ou entre empresas diferentes, e que essa progressão dependa dos talentos, capacidades e desempenhos individuais. As pessoas que, ao longo de uma vida de trabalho, passam da base para o topo da organização onde estão empregadas ilustram de maneira singular essa possibilidade. São casos pouco comuns, como é óbvio, mas dão testemunho de um modo de funcionamento do mercado de trabalho de que muitas outras pessoas podem beneficiar, embora em termos não tão excepcionais.

Outra condição importante tem a ver com os níveis salariais praticados. Se mesmo os salários mais baixos forem suficientes para uma vida sem carências, incluindo no que respeita às oportunidades de futuro que as famílias podem proporcionar aos seus filhos, então não será essa circunstância que matará à partida a possibilidade de uma vida melhor. E sê-lo-á ainda menos se a já mencionada progressão profissional a partir de posições iniciais modestas for um facto frequente.

Uma terceira condição muito importante para que o mercado de trabalho proporcione igualdade de oportunidades é a ausência de práticas de discriminação, sejam elas baseadas no género, na origem étnico-racial, na idade, na deficiência, na religião, na orientação sexual ou noutros critérios. Sem essas barreiras, que podem ser combatidas pela lei e também pelas boas práticas dos empregadores e dos sindicatos, todos estarão em pé de igualdade, independentemente das características mencionadas, que em nada interferem com os desempenhos profissionais.

Não estando reunidas estas condições, o mercado de trabalho tenderá a funcionar como factor de desigualdade, tanto mais quanto se acumulem dinâmicas inversas das acima referidas. Particularmente desfavorável à igualdade de oportunidades é a precariedade do emprego nas economias capitalistas actuais. A precariedade dos vínculos laborais impede o desenvolvimento de carreiras profissionais com estabilidade e progressão, que é uma das premissas, como vimos, da mobilidade social. Os jovens que entram no mercado de trabalho, em particular, são fortemente atingidos por esta precariedade e isso é uma fonte de grande incerteza quanto aos seus futuros profissionais e destinos sociais.

Além da precariedade do emprego, há outras duas dinâmicas regressivas no mercado de trabalho no que toca às oportunidades de mobilidade social. Uma é quando a carreira profissional, a promoção para categorias superiores ou o aumento de salário se baseiam não na competência e no mérito, mas no favorecimento de familiares e amigos, na pertença comum a grupos, partidos ou outras organizações ou noutros critérios desligados das qualidades e dos desempenhos de cada um.

A segunda é quando o mercado de trabalho dá espaço a práticas de discriminação. Entre as formas de discriminação laboral mais frequentes estão os salários mais baixos pagos às mulheres por trabalho igual ao dos homens, o confinamento dos imigrantes aos empregos mais duros e indesejados, mesmo quando eles têm qualificações para ocupar lugares melhores, ou o acesso limitado dos deficientes a oportunidades de emprego, e todas elas originam ou agravam desigualdades.

O Estado e as políticas públicas constituem a terceira das quatro instituições referidas cujos modos de funcionamento tanto podem favorecer a igualdade de oportunidades como as desigualdades sociais. O papel do Estado e das políticas públicas na estruturação das sociedades contemporâneas é incontornável. O Estado pode adoptar diferentes modos de organização institucional, pode ter uma intervenção mais alargada ou mais restrita nos diversos domínios da vida pública e a sua acção pode ser orientada por concepções ideológicas e programáticas diversas. Seja como for, dado o enorme poder que concentra, a instituição estatal desempenha um papel muito importante nas dinâmicas da desigualdade social e da igualdade de oportunidades.

Um caso-limite que demonstra bem, por omissão, a importância do papel do Estado neste domínio é o dos países em que o Estado tem uma condição precária, não conseguindo edificar-se de maneira organizada e durável, nem sequer ao nível da monopolização dos meios de violência e da manutenção da autoridade sobre o seu território. Em situações deste tipo prevalecem as dinâmicas espontâneas de uma sociedade sem controlos institucionais públicos, o que significa que valerá a lei do mais forte. Grupos minoritários organizados tenderão a tomar o controlo dos acontecimentos, a privatizar os meios de violência e a submeter a restante população a formas extremas de dominação e exploração, o que originará desigualdades agravadas de todos os tipos.

Aquém destes casos-limite, há exemplos de Estados que conseguem assegurar as funções básicas de soberania, mas têm uma acção diminuta no domínio das políticas públicas, nomeadamente das políticas sociais que ajudam a reduzir desigualdades e a promover igualdade de oportunidades. Até pode acontecer esses Estados disporem de recursos amplos para implementarem essas políticas dessa, mas os recursos serem capturados por interesses particulares e só marginalmente reverterem para o bem da população em geral.

Os dois tipos de situações acima descritos ocorrem normalmente em países com níveis muito baixos de desenvolvimento económico e social, tal como eles são medidos pelo conhecido Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. A ausência de

Estado e de políticas públicas é das principais razões para que esse índice seja tão baixo.

No extremo oposto temos as regiões do mundo onde o chamado Estado-providência se desenvolveu plenamente, e é habitual tomar-se como modelo os países escandinavos, que são justamente aqueles que se encontram mais bem posicionados no referido índice das Nações Unidas. Se nos casos-limite de ausência de Estado e de políticas sociais as desigualdades se podem agravar incomensuravelmente, em países como os escandinavos o Estado-providência é um instrumento eficaz de promoção da igualdade de oportunidades. Não é por acaso que a Noruega, a Finlândia ou a Suécia, além de terem índices de desenvolvimento humano muito elevados, têm também níveis de desigualdade dos mais baixos do mundo.

A situação confortável em que esses países se encontram é o resultado da implementação de um conjunto coerente e sustentado de políticas públicas. Não é a única razão, mas é das mais decisivas. Entre essas políticas estão a fiscalidade progressiva, em que quem tem mais rendimento paga mais impostos, sem excepção; o fornecimento de serviços públicos de qualidade geridos com eficácia em domínios-chave como a saúde e a educação; a transferência de prestações sociais para aqueles que se encontram em situação de maior fragilidade por via da pobreza, do desemprego, da doença ou de outros factores de vulnerabilidade; o combate a todas as formas de discriminação e a promoção dos valores da igualdade de tratamento; ou ainda a promoção de formas de concertação social entre associações patronais e sindicais tendo em vista a regulação do mercado de trabalho.

Estes são, é claro, os melhores exemplos, que contrastam totalmente com os piores exemplos apresentados atrás. Em muitos países, o Estado-providência ou Estado social, como também é chamado, não tem o mesmo nível de desempenho que se encontra na Escandinávia. Mas é seguro afirmar que, sempre que uma das políticas públicas referidas no parágrafo anterior é posta em prática, ela contribui para combater as desigualdades sociais e promover a igualdade de oportunidades. Se em vez de uma forem várias, maior será esse contributo.

Os valores culturais prevaletentes em cada sociedade constituem a quarta e última instituição que tanto pode favorecer a igualdade de oportunidades como operar a favor das desigualdades sociais. Os valores culturais são sistemas estruturados de preferências que enquadram o que socialmente se pensa e faz. Em todas as sociedades humanas há sistemas de valores que orientam as escolhas e as práticas colectivas e individuais. Em sociedades complexas e muito diferenciadas como são as sociedades contemporâneas, esses sistemas não são homogêneos e podem coexistir valores culturais diferentes e até contraditórios. Em todo o caso, haverá sempre alguns valores comuns, amplamente partilhados, transpostos para o nível do Estado através das suas leis fundamentais e interiorizados pela generalidade das pessoas por via da acção socializadora de instituições como a escola e a família.

Como é o que os valores culturais interferem com as desigualdades sociais e a igualdade de oportunidades?

Essa interferência existe sempre que os valores culturais predominantes numa sociedade ou em grupos sociais específicos favoreçam práticas de igualdade de tratamento e de justiça social ou, pelo contrário, dêem azo a processos de inferiorização e exclusão de determinados conjuntos de pessoas.

Se a própria ideia de igualdade de oportunidades for um valor cultural socialmente partilhado pela população de um país e pelas suas instituições, é mais provável que ela se torne numa prática efectiva do que nos países onde essa orientação cultural não tiver a mesma expressão. O mesmo se pode dizer quanto à presença ou ausência de valores como o respeito pela diversidade cultural e a defesa da interculturalidade e respectivos efeitos sobre o estatuto dos vários grupos étnicos em sociedades multiculturais.

Em sentido contrário vão as concepções naturalistas das desigualdades económicas, que sustentam, por exemplo, que as hierarquias de rendimento são devidas exclusivamente às qualidades naturais, cognitivas e de carácter, de cada indivíduo. Ou também as interpretações maximalistas do valor cultural da meritocracia, que defendem que as posições sociais de destaque e desvantagem social se devem apenas ao mérito ou à falta dele e ignoram os mecanismos de desigualdade que actuam independentemente desse mesmo mérito.

Um dos domínios onde mais se fazem sentir os efeitos negativos dos valores culturais é o das desigualdades de género. Se em determinadas regiões do mundo a igualdade entre homens e mulheres está culturalmente consolidada e transposta de forma sistemática para as políticas públicas, noutras predominam valores culturais negativos, de inspiração religiosa ou de outra origem, que concorrem activamente para a exclusão das mulheres da escola, do mercado de trabalho e da vida pública em geral. Em certos países a situação é ainda pior porque esses valores são adoptados pelo Estado e feitos lei.

Falta, para terminar, a prometida referência a uma quinta instituição social fundamental que, diferentemente das anteriores, funciona muito mais a favor das desigualdades sociais do que da igualdade de oportunidades. Trata-se, como disse, da família.

Com todas as transformações que tem tido na época contemporânea, em que passou a organizar-se de maneiras muito mais variadas do que no passado, a instituição familiar continua a assegurar um conjunto de funções indispensáveis para o bem-estar dos indivíduos e para a sua integração na vida em sociedade. A família é um lugar primário de socialização das novas gerações; é um espaço primordial de construção de uma identidade sustentável; é um quadro de afetos; é um canal de transmissão de valores; e é uma rede de interajuda económica e social.

A par de todas estas funções positivas, a família tem um impacto negativo directo na igualdade de oportunidades na medida em que favorece a reprodução das desigualdades sociais, muito especialmente das desigualdades de recursos.

E porque é que é assim?

Isso acontece porque a família é um veículo de herança intergeracional de condições socioeconómicas. De uma maneira simples e objectiva esta ideia pode ser formulada do seguinte modo: os filhos de ricos nascem ricos, os dos pobres nascem pobres e os dos remediados nascem remediados, sem que nada tenham feito para isso. E essa circunstância, totalmente independente da vontade das crianças assim nascidas, tem consequências para o resto das suas vidas. Se pensarmos que na sociedade há uma corrida em que todos procuram legitimamente alcançar uma vida boa e digna, a influência das famílias de origem faz com que não se parta para essa corrida em igualdade de condições. Alguns partem em vantagem e outros em desvantagem.

E não se trata só de uma questão de ponto de partida. Porque há na generalidade das culturas e das sociedades valores culturais que prezam as funções de socialização e interajuda que as famílias asseguram, é esperado que os pais zelem permanentemente pelos bem dos seus filhos, do nascimento à idade adulta. Ora, enquanto as famílias de condição favorecida têm, à partida, esse trabalho relativamente facilitado, as famílias de menores recursos terão de remar contra a corrente para tentarem anular o efeito negativo da sua própria condição social. Não se trata apenas, portanto, de nascer em meios sociais de condição diferente, mas da tendencial manutenção dessa diferença até as crianças se tornarem adultos e iniciarem as suas próprias famílias, momento em que este círculo vicioso pode recomeçar.

Para contornar este paradoxo sociológico da família há que contar com o compromisso da escola, da economia e do mercado de trabalho, do Estado e das políticas públicas, e dos valores culturais em combaterem as desigualdades e promoverem a igualdade de oportunidades.

Referências bibliográficas

Bourdieu, Pierre, *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit, 1979

Bourdieu, Pierre, e Jean-Claude Passeron, *Les Héritiers. Les Étudiants et la Culture*, Paris, Minuit, 1964

Costa, António Firmino da, *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais, 2012

Therborn, Göran (ed.), *Inequalities of the World Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, London, Verso, 2006